

A Sua Excelência
A Ministra da Cultura
Palácio Nacional da Ajuda
1349-021 LISBOA

Ass: Carta Aberta a propósito da reinstalação do MNA na Cordoaria Nacional.

Ao assumir a pasta da Cultura, herdou V. Exa. três dossiês difíceis, relativos ao Museu de Arte Popular (MAP), ao Museu Nacional dos Coches (MNC) e ao Museu Nacional de Arqueologia (MNA). Rapidamente resolveu o primeiro, dando razão às numerosas vozes que tinham contestado a decisão gratuita de destruir aquele testemunho importante da história da museologia portuguesa, o qual, por acréscimo, pode dar ocasião a que se dinamize com inteligência alguns sectores do artesanato.

Aos outros dois museus dedicou V. Exa. o mesmo grau de determinação, mas não a mesma abertura às vozes contestatárias que eram muitas mais e se faziam ouvir há muito mais tempo.

Para quem conhece o percurso destes casos, é forçoso acreditar que a obstinação demonstrada em prosseguir as decisões herdadas, em relação ao desalojamento do MNA, se deve, fundamentalmente, à possibilidade sedutora, para o Ministério da Cultura, de num mesmo lugar e a um só tempo acomodar o Museu e os Serviços de arqueologia que a construção do novo museu para o MNC desinstalou. Em 2009, foi-me dado ouvir o antecessor de V. Exa. e o Director do IGESPAR encarecerem as vantagens da concentração de todos os serviços ligados à arqueologia, bem como a “oportunidade única de os reinstalar condignamente”, proporcionada pelo acordo com o Ministério da Defesa.

Efectivamente, a deficiência dessas instalações provisórias era indiscutível e incontroversas são as carências de espaço que afectam o MNA. Porém, não é óbvio que ao Museu seja vantajoso estar situado junto de serviços técnico-administrativos de

arqueologia. São outros os requisitos exigidos pelo significado das suas colecções e pela natureza do serviço público para que está vocacionado, os quais não podem, de todo, encontrar resposta adequada na Cordoaria Nacional.

Quando, na década de 1980, o Ministério da Agricultura propôs a recuperação funcional do picadeiro real, logo se ouviu sustentar a excelência da ideia, como oportunidade de um novo edifício para o MNC. Com efeito, o Museu dos Coches carecia de instalações mais amplas, mas a proposta de abandono do espaço que ocupava enfraquecia o seu prestígio e representava um risco potencial para o edifício. Sucessivas tutelas da Cultura contestaram a pretensão e, embora iniciando estudos para futura ampliação, o Instituto Português de Museus procedeu a grandes obras de manutenção e melhoramento daquele imóvel que, no estrito interesse patrimonial e museológico, nunca deveria deixar de estar afecto ao MNC.

Contudo, a ideia de utilização do picadeiro manteve-se viva em sectores politicamente influentes, atravessou vários governos e, num momento em que o MC lhe foi propício, acabou por se impor. O Museu Nacional dos Coches viu-se, assim, subitamente obrigado a aceitar uma situação que serve mal os interesses da sua colecção e do seu público.

No tempo próprio para a discussão do projecto arquitectónico imposto, foram oficialmente aduzidos abundantes argumentos de ordem técnica, provando a inadequação absoluta da maior parte das soluções desenhadas, quer ao nível da preservação e valorização da colecção a expor, quer ao nível da funcionalidade e dos custos de manutenção.

Só que... neste estranho cruzamento de complexos interesses, a própria tutela dos museus se viu ultrapassada pelo Ministério da Economia, em muitas ocasiões. Enquanto isso, o Ministério da Cultura declarava, publicamente, que o assunto fora uma opção do governo com a qual lhe competia ser solidário.

Não deixa de ser irónico que o actual Director do IMC, exprima, em entrevista recente (L+arte, 70, Abril 2010) que “é tempo de intervir no acautelamento dos princípios museológicos”, pois “não aceita, de todo, algumas das propostas museológicas do projecto arquitectónico” (do Museu dos Coches).

Será que, por análogo procedimento de prática política, V. Exa. não revê a proposta de transferência do MNA para a Cordoaria Nacional, preferindo solidarizar-se com a opção do seu antecessor? Será que V. Exa. também a considera a mais adequada? Será que a possibilidade de concretizar, a curto prazo, no Mosteiro dos Jerónimos, a ideia de um museu dedicado aos Descobrimentos, se sobrepôs aos legítimos direitos de prioridade do MNA?

Confunde qualquer cidadão ler, a 12 de Abril do corrente ano (na citada revista, *supra*), a declaração peremptória do Director do IMC de que o “Museu da Viagem é, ainda, uma ideia do MC” e, dois dias depois, ouvir V. Exa. anunciar na Comissão parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura “a criação de um novo museu do mar e da viagem (ainda sem nome definitivo) a instalar, precisamente, nos espaços que o MNA deve libertar.

A aproximação entre o MC e o Museu da Marinha é muito para louvar, pois trata-se, com efeito, de um museu “com um espólio muito rico” cujas potencialidades estão praticamente inexploradas. No dia em que decidissem reprogramá-lo e museografá-lo, no seu todo, em torno de uma ideia forte, claramente expressa e concretizada, seria um grande e fascinante museu nacional, ocupando todo o edifício dos Jerónimos.

Desse programa não deveria nunca excluir-se a Cordoaria Nacional, pois ainda que obra tardia no séc. XVIII, ela testemunha aspectos importantes e pouco divulgados da nossa história económica e das nossas viagens.

Essa é mais uma das razões pelas quais não se pode impunemente transformar esse magnífico monumento de arquitectura industrial num mero invólucro de um pretenseu museu novo. Que o monumento não será afectado – foi garantido pela tutela – bem pelo contrário, a ocupação pelo MC permite as obras urgentíssimas de que necessita para sua conservação, que, nalguns pontos, é mesmo estrutural. A tal argumentação não pode deixar-se de contrapor que a manutenção dos monumentos é obrigação básica da instituição a que foram confiados. Por outro lado, a utilização prevista impedirá, talvez para sempre, que se lhe dê a função justa.

O MNA encontra-se mal instalado, é verdade. Há meio século que se debate a necessidade de ultrapassar essa limitação. Consoante a sensibilidade das tutelas e o contexto político, assim se tem oscilado entre construção de raiz, noutra local da cidade

e reestruturação e alargamento, no Mosteiro dos Jerónimos. A alternativa da Cordoaria foi por duas vezes estudada e considerada indefensável.

Ao risco sísmico e de inundações, aparentemente maior neste local da Junqueira do que nos Jerónimos, à verificação de um nível freático mais elevado e poluído, junta-se o enquadramento urbanístico, entre dois corredores de intenso tráfego, sem possibilidades de vir a oferecer as condições de acesso e estacionamento exigíveis, hoje em dia, a um museu nacional instalado de novo.

A tipologia do edifício da Cordoaria apresenta os mesmos inconvenientes para adaptação a museu de arqueologia que os já experimentados no Mosteiro dos Jerónimos, porquanto o problema do espaço, num museu, não se reduz à mera questão da área bruta disponível. É também, e sobretudo, um problema de desenho e qualidade dessa área. A pintura, a escultura, a arqueologia, a física não se expõem indiferentemente em qualquer tipo de espaço. Já há muitos anos que um museu nacional de arqueologia deixou de resumir-se a seriações tipológicas de artefactos, em vitrinas dispostas de forma mais ou menos linear, ao longo de longas galerias.

O vasto espólio do MNA, os estudos sistemáticos conduzidos sobre ele desde 1980, os avanços da epigrafia, da palinologia, da antropologia, da arqueometria, entre outras ciências complementares, permitem fazer um museu excelente sobre a vida do homem no território português, da Pré-história à Idade Média.

Esse museu não cabe no edifício da Cordoaria. Faltam espaços, luz natural, ambiente.

O MNA necessita de um edifício construído de raiz, num bom local de Lisboa, onde esse equipamento faça sentido. A actual realidade política, económica e financeira do país não permite contemplar essa necessidade nem a curto nem a médio prazo. Mas não se precipitem as decisões, não se desrespeite o trabalho competente que fez do MNA, nos últimos anos, o segundo museu nacional mais visitado e um dos mais elogiados, mal grado as deficiências e inúmeras adversidades com que tem lutado.

Deslocá-lo (contra a opinião competente de tantas personalidades que já se pronunciaram sobre este assunto) para a Cordoaria Nacional, é condená-lo a uma espécie de exílio *ad aeternum*, pois dificilmente se disponibilizarão vontade política e meios financeiros para rever a situação, por mais meio século.

O MNA pode aguardar, o Museu da Marinha, o Museu dos Descobrimentos ou da Viagem podem aguardar. Urgente é um debate, alargado e sem preconceitos, sobre os museus portugueses na actualidade, que ajude a desenhar-lhes uma estratégia segura para os próximos anos.

Coimbra, 26 de Abril de 2010

Apresento a V. Exa. os meus cumprimentos

Adília Alarcão